

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO

THAIS WATAKABE

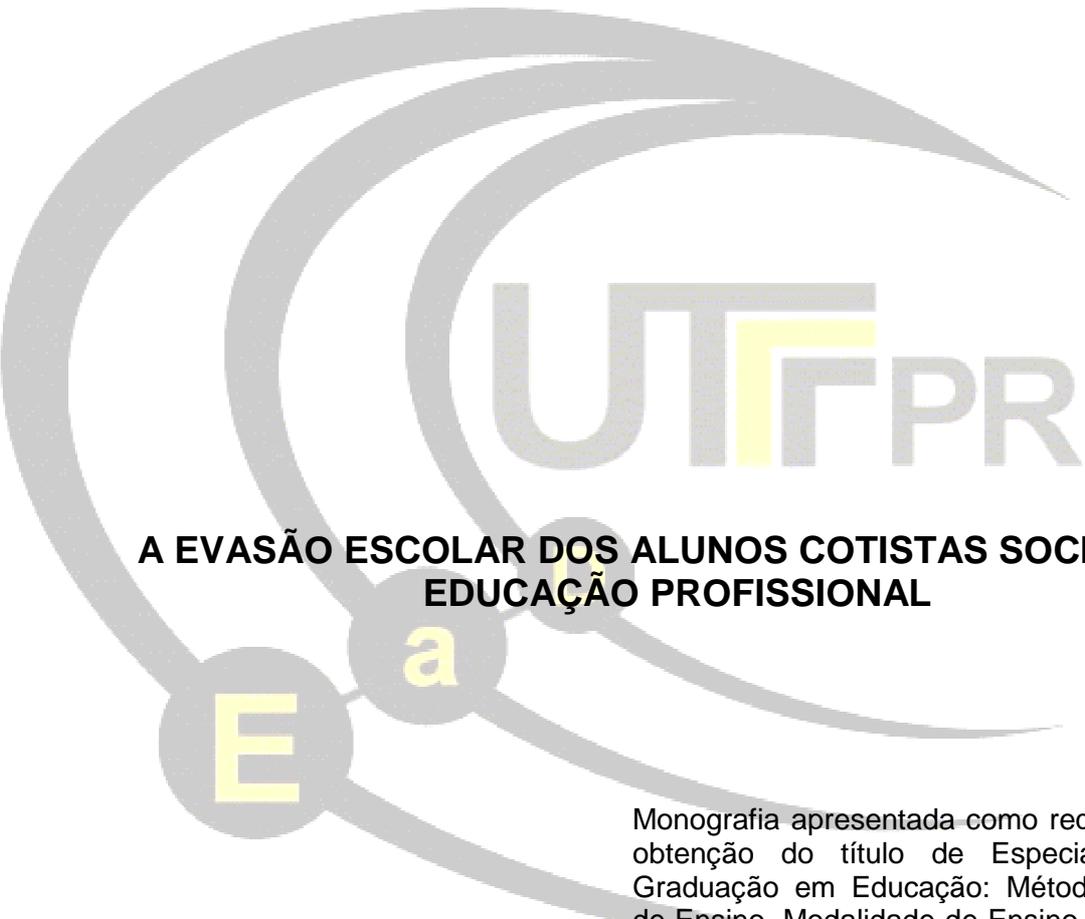
**A EVASÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COTISTAS SOCIAIS NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2012

THAIS WATAKABE



**A EVASÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COTISTAS SOCIAIS NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Orientador(a): Prof. M.Sc.Neron Alípio Cortes Berghauser.

MEDIANEIRA

2012



TERMO DE APROVAÇÃO

A evasão escolar dos alunos cotistas sociais na educação profissional

Por

Thais Watakabe

Esta monografia foi apresentada às 21hs00min do dia 30 de Novembro de 2012, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. A candidata foi argüida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho Aprovado.

Prof. Ms. Neron Alípio Cortes Berghauser
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientador)

Prof^a Ms. Neusa Idick Scherpinski
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a M.Sc. Priscila Pigatto Gasparin
UTFPR – Câmpus Medianeira

(A versão devidamente assinada deste documento encontra-se na coordenação do curso)

Dedico à minha mãe
E aos colegas do IFPR

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

Ao meu orientador professor *M.Sc. Neron Alípio Cortes Berghauser*, que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse e receptividade com que me recebeu e pela prestabilidade com que me ajudou.

Agradeço aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“O conhecimento partilhado em igualdade de condições, com todos, deve ser a
motivação de nossa existência”
(MANTOAN)

RESUMO

WATAKABE, Thais. A evasão escolar de alunos cotistas sociais na educação profissional. 2012. 49 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012.

Este trabalho teve como objetivo analisar a política afirmativa de cotas sociais na educação profissional. O propósito foi verificar os motivos que levavam os alunos cotistas sociais do IFPR – Instituto Federal do Paraná, câmpus Paranaíba, a evadirem. Partiu-se da hipótese de que as cotas sociais eram ações que buscavam combater a discriminação e a desigualdade que atingiam certos grupos decorrentes de sua condição social. Porém apesar das cotas permitirem o acesso a instituições de ensino público, muitos alunos cotistas acabavam evadindo. Assim, partindo desse contexto, foi feito um levantamento dos principais motivos da evasão pelos cotistas sociais, por meio de documentos, questionários com os alunos evadidos e atuantes do IFPR câmpus de Paranaíba. Conclui-se que o principal causador da evasão era a falta de tempo dos alunos para estudarem devido a necessidade dos mesmos terem que trabalhar.

Palavras-chave: Cotas sociais. Evasão escolar. Educação profissional.

ABSTRACT

WATAKABE, Thais. A truancy of quota students in social work education.2012. 49 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e técnicas de ensino) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012.

This study aimed to examine the policy of affirmative social quotas in professional education. The purpose was to investigate the reasons that led the social quota students IFPR – Instituto Federal do Paraná, Paranavaí campus, to evade. We started from the hypothesis that the quotas were social actions that sought to combat discrimination and inequality that effected certain groups due to their social status. But despite quotas allow access to public education institutions, many students ended up evading unitholders. Thus, based on this context, a survey was made of the main reasons of social avoidance by the shareholdres, through documents, questionnaires with dropout students and active in campus IFPR Paranavaí. We conclude that the main cause of dropout was lack of time students to study due to their need they have to work.

Keywords: Social quotas. Truancy. Professional education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Alunos cotistas sociais atuantes do IFPR câmpus Paranavaí no ano de 2012 e seus respectivos cursos	27
Gráfico 2 - Período em que estudam os alunos cotistas sociais atuantes do IFPR câmpus Paranavaí no ano de 2012	28
Gráfico 3 - Semestre/série que cursam os alunos cotistas sociais do IFPR câmpus Paranavaí no ano de 2012	29
Gráfico 4 - Faixa etária dos alunos cotistas sociais atuantes do IFPR câmpus Paranavaí no ano de 2012	29
Gráfico 5 - Alunos cotistas sociais atuantes do IFPR câmpus Paranavaí que são ou foram beneficiários do Bolsa Família no ano de 2012	30
Gráfico 6 - Renda familiar dos alunos cotistas sociais atuantes do IFPR câmpus Paranavaí no ano de 2012	30
Gráfico 7 - Participação dos alunos cotistas sociais atuantes na renda familiar no ano de 2012	31
Gráfico 8 - Alunos cotistas sociais do IFPR câmpus Paranavaí que recebem bolsa ou auxílio no ano de 2012	32
Gráfico 9 - Tipo de bolsa ou auxílio que os alunos cotistas sociais atuantes do IFPR câmpus Paranavaí recebem no ano de 2012	32
Gráfico 10 – Se a bolsa ou o auxílio cobrem as despesas de estudo dos alunos cotistas sociais do IFPR câmpus Paranavaí no ano de 2012	33
Gráfico 11 – Como a evasão escolar por motivos financeiros poderia ser minimizado pelo IFPR câmpus Paranavaí	34
Gráfico 12 - Motivos que levaram os alunos cotistas sociais a escolherem seu curso no IFPR câmpus Paranavaí	35
Gráfico 13 - Alunos cotistas sociais atuantes do IFPR câmpus Paranavaí e as dificuldades de aprendizagem	35
Gráfico 14 – Se os métodos e técnicas de ensino motivariam os alunos cotistas sociais do IFPR câmpus Paranavaí a desistirem do curso no ano de 2012	36
Gráfico 15 - Vindas ao IFPR câmpus Paranavaí fora do horário de aula	37
Gráfico 16 - Tempo de estudo fora do câmpus pelos alunos cotistas sociais em atividades	38

Gráfico 17 - Como a evasão escolar por motivos de dificuldades de aprendizagem poderia ser minimizada pelo IFPR câmpus Paranavaí38

LISTA DE SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPR	Instituto Federal do Paraná
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
PACE	Programa Auxílio Complementar ao Estudante
PBIC-Jr	Programa de Bolsa de Iniciação Científica – Junior.
PBIS	Programa de Bolsa de Inclusão Social
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: COTAS SOCIAIS	13
2.2 COTAS SOCIAIS X EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	17
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	22
3.1 LOCAL DA PESQUISA	22
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	23
3.3 COLETA DOS DADOS.....	24
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	25
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE(S)	45

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve por objetivo estudar os principais motivos da evasão escolar de alunos cotistas sociais na educação profissional, utilizando como cenário o IFPR – Instituto Federal do Paraná câmpus Paranaíba. Segundo o PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional desta Instituição, ciente da importância de sua colaboração na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, apresenta como uma de suas diretrizes: “garantir o acesso de todos à educação, dedicando atenção especial às camadas que historicamente vêm sofrendo processos de exclusão” (PDI, 2009, p. 40).

Diante do exposto, a instituição oferece em seu processo seletivo 70% das suas vagas para cotistas, sendo: 40% para cotas sociais, 20% para cotas raciais, 5% para indígenas e 5% para portadores de necessidades especiais.

O uso do sistema de cotas na educação é um assunto que vem sendo debatido há muito tempo, com discussões em âmbito estadual e federal. Nesta esfera, por meio da lei 12.711 de 29/08/2012, as cotas sociais são oferecidas a pessoas que possuem no seu “currículo” uma vida estudantil toda em escola pública.

Porém, apesar das ações de inclusão, que oportunizam a entrada de alunos antes excluídos, não é a estes garantidos ações de permanência, pois muitos desses alunos acabam evadindo das escolas. Dessa forma, a evasão escolar é um problema que preocupa os que planejam as políticas públicas da educação numa perspectiva inclusiva, na medida em que afeta, sobremaneira, aqueles que as políticas afirmativas na área de educação vêm tentando incluir no sistema educacional brasileiro.

Assim, esta pesquisa propôs fazer um levantamento diagnóstico acerca da evasão escolar de alunos cotistas sociais da educação profissional, com o intuito de apontar os motivos que levam a essa evasão. Tendo como local de pesquisa o IFPR câmpus Paranaíba.

O estudo sobre o uso do sistema de cotas na educação brasileira e os motivos que levaram os alunos apoiados por essa ação afirmativa a evadirem, exigiu o uso da pesquisa bibliográfica, na qual foi feito o levantamento das bibliografias relacionadas ao assunto, que permitiram fazer a leitura e análise sobre o assunto, contribuindo para o entendimento do mesmo. Também foi necessário o uso da

pesquisa documental na instituição de ensino que serviu de cenário para a pesquisa, no qual foram pesquisados os alunos cotistas sociais da instituição, tanto os alunos cotistas que estudam na instituição, como aqueles que acabaram evadindo.

O levantamento dos motivos que levaram os cotistas sociais da educação profissional a evadirem foram feitos por meio do estudo de caso, no qual foi aplicado um questionário para os alunos em ativa e um outro para os alunos evadidos. Sendo que para o grupo dos alunos cotistas sociais já evadidos, foi aplicado questionário com questões que elencavam os motivos que os levaram a evadir e para o outro grupo, os alunos cotistas sociais que estudam na instituição, a aplicação do questionário teve como objetivo elencar os motivos que os levariam a evadir, ou seja, quais as dificuldades que encontram para estudar .

Por fim, apresentam-se os resultados das análises dos questionários, indicando os principais motivos da evasão escolar dos cotistas sociais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta uma série de conceitos resultantes da revisão bibliográfica necessária ao bom entendimento dos assuntos mais importantes para a pesquisa.

2.1 AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL: COTAS SOCIAIS

A redemocratização no Brasil é ainda um processo recente e permeado por diversas lacunas não resolvidas. Uma delas refere-se à permanência de condições adscritas, isto é, características não mutáveis inerentes a um indivíduo, como cor e sexo, a influir na definição das oportunidades de ingresso no mundo do trabalho, progressão na carreira, desempenho educacional, acesso ao ensino superior ou participação na vida política. Dados sobre discriminação e desigualdades nessas diferentes áreas têm sido sistematicamente divulgados nos últimos anos, nacional e internacionalmente, e a questão não é mais novidade. Contudo, no campo prático, são várias as controvérsias acerca de quais seriam as melhores soluções, já que essa situação tem-se mostrado inalterada por décadas. Uma das propostas que surgiram como resposta ao problema foram as políticas de ação afirmativa, também designadas política de cotas, reserva de vagas, ação compensatória (MOEHLECKE, 2002).

O que vêm a ser políticas de ações afirmativas? Há vários conceitos sobre esse termo, destaca-se a elaboração de Joaquim B. Barbosa Gomes:

[...] as ações afirmativas consistem em políticas públicas voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio

humano. Constituem, por assim dizer, a mais eloquente manifestação da moderna ideia de Estado promotente, atuante, eis que de sua concepção, implantação e delimitação jurídica participam todos os órgãos estatais essenciais, aí incluindo-se o Poder Judiciário, que ora se apresenta no seu tradicional papel de guardião da integridade do sistema jurídico como um todo, ora como instituição formuladora de políticas tendentes a corrigir as distorções provocadas pela discriminação.(GOMES, 2001, p.6-7).

Portanto, o Estado deve se posicionar por meio de ações concretas, ou seja, ser promotente e ir além de declarações de boas intenções e programas pontuais para este ou aquele grupo social. O Estado deve apoiar e incentivar o sistema de cotas nas instituições de ensino, uma vez que, sob o ponto de vista dos direitos humanos, esse sistema visa igualdade de oportunidades e de tratamento, visto que são sistematicamente e historicamente violados e usurpados da população negra e/ou pobre diante da discriminação racial e das desigualdades sociais (BARBOSA et al., 2008).

Diz-se que as igualdades de oportunidades e de tratamento não vêm sendo oferecidas à população negra e/ou pobre devido ao histórico de discriminação e de desigualdade que esses grupos sofrem. O Brasil, por ser um país formado por diferentes povos (indígenas, africanos, europeus, asiáticos, entre outros) fez com que a interação social fosse desigual desde o início da colonização portuguesa. Alguns desses povos, especialmente os brancos de origem europeia, lograram vários privilégios em relação aos demais povos que formaram a nação brasileira (BARBOSA et al., 2008). Em decorrência disso, até hoje, convive-se com grandes desigualdades pautadas por diferenças de pertencimento de classe social e de grupo racial.

O Brasil é um país em que o preconceito e a discriminação racial não foram zerados, ou seja, onde os alunos brancos e negros pobres ainda não são iguais, pois uns são discriminados uma vez pela condição socioeconômica e outros são discriminados duas vezes pela condição racial e socioeconômica (MUNANGA, 2003).

Na visão de Gomes (2000), a educação é o campo no qual mais se notam as diferenças sociais e raciais existentes no país. Isto pode ser evidenciado na constatação de que sujeitos de classes sociais mais baixas, formada por maioria dos negros e índios, não possuem educação básica de boa qualidade em decorrência da precariedade do ensino público. Estes grupos não podem, assim, concorrer com as

mesmas condições de igualdade com pessoas que estudaram em instituições privadas.

Contudo, o acesso à universidade pública é ultralimitado: a seleção dos alunos se faz através de um exame classificatório (vestibular) no qual são aprovados, em sua maioria esmagadora, apenas os alunos egressos das escolas privadas da elite, que além de terem tido o privilégio de frequentar boas escolas indiretamente subvencionadas pelo poder público, dispõem de recursos financeiros para frequentar cursos específicos de preparação para tal exame de admissão ao curso superior. (GOMES, 2000, p. 401).

Entende-se assim que, como uma forma de promover a igualdade, as cotas são necessárias, pois permitem que os desfavorecidos de uma educação básica de boa qualidade passem a ter acesso a ela, como também buscam combater a discriminação racial.

E a inserção diferenciada no ensino [...] público brasileiro de estudantes negros e/ou pobres é importante não somente para amenizar a enorme desigualdade quando se compara a pequena inserção desses alunos com a dos alunos brancos e/ou ricos, como essa inserção diferenciada possibilita a convivência entre estudantes de classes sociais e grupos raciais diferentes; contribui para a revisão e a reprovação de preconceitos raciais, de classe e de atitudes discriminatórias; possibilita a formação de profissionais negros ou de origem social pobre gerando novas referências para a sociedade brasileira e novas visões sobre a sociedade brasileira; democratiza (mesmo que minimamente) bens culturais produzidos na sociedade; e, entre outras vantagens, melhora a qualidade de vida dos grupos historicamente vulneráveis, podendo inclusive diminuir a desigualdade sociorracial em nosso país. (BARBOSA et al., 2008, p. 915).

É de entender deste mesmos autores que as cotas devem ser vistas como ações reparatórias/compensatórias e até mesmo preventivas que buscam corrigir situações de discriminação, desigualdade e exclusão, infringidas a certos grupos no passado, presente e futuro, por meio da expansão do acesso ao campo educacional, social, econômico, político e cultural.

Dessa forma, o sistema de cotas permite que grupos antes excluídos passem a ter acesso à educação profissional e ao ensino superior público. Expressão apresentada por Boto (2005, p.779) na seguinte afirmação:

O direito a educação será consagrado quando a escola adquirir padrões curriculares e orientações políticas que assegurem algum patamar de inversão de prioridades, mediante atendimento que contemple – à guisa de justiça distributiva – grupos sociais reconhecidamente com maior dificuldade para participar desse direito subjetivo universal – que é a escola pública, gratuita, obrigatória e laica. Aqui entram as políticas que favorecem, por

exemplo, a reserva de vagas por cotas destinadas, nas universidades, a minorias étnicas.

Percebe-se o caráter afirmativo e imediato das cotas. Estas não provocam a queda do padrão acadêmico das instituições de ensino, conforme Velloso (2009), nem geram uma racialização, mas uma diversificação positiva. Segundo Moehlecke (2002), é muito importante a integração dos diferentes grupos sociais e étnicos existentes por meio da valorização da diversidade cultural que geram. Essa ideia tenta conferir uma identidade positiva àqueles que antes eram definidos pela inferiorização e supõe que a convivência entre pessoas diferentes ajudaria a prevenir futuras visões preconceituosas e práticas discriminatórias.

Entende-se que a transformação da sociedade vai muito além do uso de um sistema de cotas. É necessário melhorias na educação básica, porém o uso de cotas pelas instituições de ensino não impede que essas melhorias aconteçam. Chagas e Torres (2009, p.5) explicam esta constatação:

[...] essas condições que tentamos suprir nas universidades precisavam, na verdade, estar dadas durante o ensino básico. A universidade deveria ser o espaço de coroamento de uma situação já desenvolvida. O aluno deveria chegar à universidade lido, frequentador de biblioteca, com noções de informática [...]. Enquanto isso não se concretiza, Albertino Nascimento, do Cefet-BA, acredita que as cotas podem favorecer ou acelerar a melhoria da educação pública. “ Quando o estudante do Cefet, por exemplo, percebe tudo o que não teve dentro da escola, volta ao lugar onde estudou e dá um retorno, forçando a instituição a se repensar.

A lei 12.711 de 29/08/2012, que originou as cotas, oportunizou o acesso às instituições públicas de ensino, mas não garantiu ações para sua permanência. Isto vem agravando um problema já muito discutido que é a evasão escolar.

Dessa forma, muito tem se discutido sobre as ações afirmativas, em questão, às cotas, como também existem diversos estudos sobre a evasão escolar, necessitando que essa discussão também ocorra de forma conjunta na educação profissional.

2.2COTAS SOCIAIS X EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O uso do sistema de cotas na educação é um assunto debatido há muito tempo, com discussões em âmbito estadual e federal. Nesta esfera, por meio da lei 12.711 de 29/08/2012, as instituições de ensino devem reservar metade de suas vagas a estudantes egressos da rede pública, ou seja, a pessoas que possuam no seu “currículo” uma vida estudantil integralmente construída em escola pública. As vagas reservadas a cotistas devem ser preenchidas por autodeclarados negros, pardos e indígenas, no mínimo igual a proporção dessas categorias na unidade de Federação em que a instituição esteja instalada. No que diz respeito à educação profissional, a lei traz em seu 4º e 5º artigo:

Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão em cada concurso seletivo para ingresso de cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados negros, pardos e indígenas, no mínimo igual à proporção de negros, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE.(BRASIL, 2008, p.2).

A lei sobre cotas nas instituições federais somente foi aprovada em 2012, porém esta discussão ocorre desde 1999, por meio do projeto de lei nº73/99. Assim, até 2012, as instituições de ensino possuíam autonomia para definir suas políticas de cotas. As ações de algumas instituições de ensino com relação a essa política eram desenvolvidas de forma isolada, uma vez que a política de cotas ainda não estava regulamentada oficialmente e, conseqüentemente, não era obrigatória nas instituições de ensino público ou poderia ser ofertada da maneira que a instituição de ensino considerasse mais viável.

A cota social é necessária, pois devido ao histórico discriminatório e de desigualdade que acometem os sujeitos que fazem parte dessa cota, aliada à precariedade da educação básica na escola pública, faz com que muitos alunos oriundos desse ensino não tenham condições necessárias para disputar uma vaga

de vestibular com os alunos vindos do ensino privado. Chagas e Torres (2009, p.5) opinam sobre este assunto:

As escolas públicas estão, em sua maioria, arruinadas, e há uma grande dificuldade para que as pessoas pobres – negras ou não - consigam educação de qualidade. Se tivermos políticas públicas que melhorem as escolas das periferias, com certeza teremos mais pobres e mais negros em universidades e escolas técnicas federais.

Porém, apesar das ações de inclusão, que oportunizam a entrada de alunos antes excluídos, não são a esses garantidas ações de permanência, pois muitos desses alunos acabam evadindo das escolas. Segundo Freitas (2007) a quantidade de matrículas em âmbito nacional de estudantes têm aumentado significativamente, mas a evasão persiste.

Braga, Bogutchi e Peixoto (1996), comentam que a evasão apresenta-se sob duas formas distintas. Ela pode resultar de uma decisão do aluno, situação em que se identifica com o significado estrito do conceito, ou pode ser consequência de uma combinação de fatores escolares, socioeconômico e pessoais, em que a predominância dos dois primeiros caracteriza a decisão mais como exclusão do que propriamente como evasão. Isso é, nesse caso a evasão resulta ou da necessidade do aluno ingressar precocemente no mundo do trabalho ou das próprias condições escolares desfavoráveis com que ele se defronta: composição curricular, professores, organização da escola – processo que se conclui com a expulsão do aluno.

Para Gisi (2006) é difícil a permanência no ensino para os alunos de setores menos favorecidos, não só pela falta de recursos, mas também pela falta de aquisição de “capital cultural” ao longo da trajetória de sua vida e de seus estudos, o que não se obtém de um momento para o outro. Essa desigualdade cultural é sentida desde a educação básica, quando a maioria dos alunos inicia seus estudos em desvantagem a outros, em virtude da ausência de oportunidades que tiveram em relação ao acesso a conhecimentos diversos, desde a mais tenra idade. Felicetti e Morosini (2009, p.21) argumentam sobre os aspectos relacionados com a evasão escolar.

A questão das condições do saber dos alunos egressos do ensino público é um aspecto relevante, ou seja, será que as bases, as estruturas de

conhecimentos prévios estão suficientemente sólidas para que esses estudantes possam acompanhar as dificuldades naturais apresentadas no decorrer de qualquer curso universitário? Questiona-se se os esforços e o comprometimento dos alunos oriundos do ensino público serão suficientes para superarem as dificuldades trazidas do Ensino Básico, ou seja, a equidade oferecida para o ingresso irá resolver a iniquidade do ensino públicofundamental e médio, uma vez que os discentes advindos dele parecem apresentar menor conhecimento que os que dele não advêm? Terão as universidades programas de acompanhamento como, por exemplo, atendimento individual e/ou em grupo a alunos com dificuldades em determinados conteúdos do Ensino Básico que não foram trabalhados ou aprendidos nesse nível e que são a base para o entendimento dos novos conteúdos a serem desenvolvidos, tais como os de Matemática? E quanto à questão emocional desses estudantes, estarão as universidades preparadas para o apoio necessário, pois as diferenças e dificuldades apresentadas pela universidade são muito distantes das existentes nas escolas públicas de Ensino Básico? Estarão as universidades organizadas quanto aos horários de forma a oportunizar que alunos menos favorecidos economicamente possam conciliar trabalho e estudo? [...] Esses questionamentos não desmerecem o sistema de cotas, pelo contrário, o que se quer evidenciar é que equidade não é simplesmente dar acesso a variados grupos de alunos ao Ensino Superior, mas também trabalhar para que nele permaneçam e o concluam com qualidade. Enfim acesso e permanência com qualidade.

De acordo com Baggi e Lopes (2011) reconhecer as desigualdades do ensino-aprendizagem dos alunos e o despreparo dos professores e da própria instituição sobre cultura inclusiva deve ser o primeiro passo de uma escola de qualidade, caso contrário, haverá muitos alunos incluídos no sistema escolar, mas poucos irão realmente se apropriar do conhecimento que o processo de ensino e aprendizagem exige, sendo excluídos do mesmo. Quanto ao conceito de qualidade da Escola o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), órgão federal especializado no assunto afirma que:

Considerando a função social da escola como a formação cultural das novas gerações, ou seja, pela garantia de que as novas gerações se apropriem do conhecimento historicamente produzido é difícil caracterizar uma escola de qualidade sem conhecer o produto do seu trabalho, qual seja, o aluno educado. (INEP, 2006, p. 21)

Vários estudos têm apontado aspectos sociais considerados determinantes da evasão escolar, dentre eles, a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança do sistema educacional (QUEIROZ, 2002).

Ou ainda:

[...] são apontado problemas como a falta de orientação vocacional, imaturidade do estudante, reprovações sucessivas, dificuldades financeiras, falta de perspectiva de trabalho, ausência de laços afetivos na universidade, ingresso na faculdade por imposição familiar, casamentos não planejados e nascimento de filhos (BAGGI, LOPES, 2011, p. 358).

Percebe-se que os motivos da evasão podem ser divididos em conjunturais — que se referem a aspectos externos à instituição de ensino, motivos estruturais e pedagógicos — internos a instituição. Vale ressaltar que muitos desses alunos evadidos são cotistas, que apesar de terem conquistado o acesso a uma instituição pública acabam desistindo.

[...] sobre a evasão dos estudantes cotistas na UnB, partindo do pressuposto que o abandono está associado à renda familiar e ao rendimento acadêmico. Nesse sentido, a evasão seria maior no universo dos alunos cotistas do que no dos não cotistas [...] (BAGGI, LOPES, 2011, p. 361).

Dessa forma, a evasão escolar é um problema que preocupa os que planejam as políticas públicas da educação numa perspectiva inclusiva, na medida em que afeta, sobremaneira, aqueles que as políticas afirmativas na área de educação vêm tentando incluir no sistema educacional brasileiro.

Já do ponto de vista da educação, estabelece-se um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força de políticas públicas “professadas” na direção da democratização, aumenta a inclusão em todos os pontos da cadeia, mas precarizam-se os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, os quais não asseguram nem inclusão, nem permanência (KUENZER, 2006, p. 880).

A evasão está presente em todos os níveis de ensino, atingindo vários alunos, inclusive os cotistas, cabendo a seguinte pergunta: A política afirmativa das cotas é uma ação de inclusão excludente?

Parte-se do pressuposto que essa ação será inclusiva não excludente a partir do momento que oferecer o acesso e as condições para permanência do aluno cotista, evitando a evasão deste aluno da instituição de ensino. Por isso a necessidade de se verificar os reais motivos que levam os alunos cotistas a evadirem da educação profissional e propor formas de ações que diminuam essa

evasão. Segundo Silva Filho (2007) o fato de se minimizar frequentemente as razões da evasão, apontando em geral a falta de recursos financeiros do aluno como a principal causa para a interrupção de seus estudos, faz com que se deixe-se muitas vezes de priorizar as questões de ordem acadêmica, como as expectativas do aluno em relação ao curso ou à instituição que pode encorajá-lo ou desestimulá-lo a desejar a conclusão do seu curso.

Assim, entende-se que as instituições de ensino e seus professores devem estar preparados para receber alunos cotistas, pois esses podem chegar sem pré-requisitos básicos como diz CHAGAS e TORRES (2009). O despreparo da instituição de ensino e de seus professores em receber os alunos que chegam sem os requisitos básicos pode ser um dos causadores da evasão. Pois estas organizações constroem seu currículo, utilizam uma metodologia de ensino, como também aplicam a avaliação pensando no aluno ideal, ou seja, aquele que chega a instituição sem qualquer déficit de aprendizagem, o que acaba excluindo os alunos cotistas por não oferecer as condições necessárias para sua permanência.

Dessa forma, torna-se muito importante fazer um levantamento dos motivos que causam a evasão/exclusão entre os cotistas na educação profissional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

3.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no IFPR - Instituto Federal do Paraná câmpus Paranavaí, localizada na Avenida José Felipe Tequinha, 1400, no bairro Jardim das Nações, CEP: 87703-536.

O Instituto Federal do Paraná câmpus de Paranavaí é uma instituição de ensino que percebe a educação como meio para o desenvolvimento sustentável, enfatizando que o desenvolvimento econômico deve garantir o desenvolvimento humano, social, cultural e político. O IFPR Paranavaí propõe o combate às desigualdades sociais e regionais assim como todas as formas de discriminação; defendendo os valores sociais do trabalho e da dignidade humana e contribuindo decisivamente para a construção de uma nova sociedade.

O câmpus tem como principal característica a oferta da Educação Profissional e Tecnológica, nos níveis da Educação Básica e Educação Superior, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. No período em que a pesquisa foi realizada, o instituto ofertava cursos técnicos na modalidade subsequente e integrado ao ensino médio, oferecendo em seu processo seletivo 70% das vagas para cotistas, sendo 40% para cotistas sociais, 20% para cotistas raciais, 5% para portadores de necessidades especiais e 5% para indígenas.

A organização tem como grande objetivo oferecer educação de alta qualidade para aqueles que não possuem ou não tiveram condições de usufruir desse tipo de ensino, oferecendo uma formação orgânica, que não separe humanização de profissionalização, mas que forme cidadãos. Procura-se a formação do sujeito crítico, reflexivo, participativo, autônomo, que saiba trabalhar de maneira coletiva, buscando o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, independente da modalidade de ensino que frequente. Dessa forma, essa formação integral tem como objetivo promover a transformação da sociedade por meio da educação.

3.2 TIPO DE PESQUISA

O estudo sobre o uso do sistema de cotas na educação brasileira e os motivos que levam os alunos apoiados por essa ação afirmativa a evadirem, exigiu o uso da pesquisa bibliográfica, na qual se fez o levantamento das bibliografias relacionadas ao assunto, que permitiram realizar a leitura e analisar questões sobre o assunto, contribuindo para o entendimento do mesmo.

Segundo Marconi (2012, p.57):

A pesquisa bibliográfica [...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas.

A bibliografia oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente. A pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Também foi necessário o uso da pesquisa documental na instituição de ensino que serviu de cenário para a pesquisa, no qual foram coletadas informações sobre os alunos cotistas sociais da instituição, tanto os alunos cotistas que ainda estudam na instituição, como aqueles que acabaram evadindo.

O levantamento dos motivos que levam os cotistas sociais da educação profissional a evadirem foi feito por meio do estudo de caso. Para Gil (2011) este tipo de pesquisa é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado. Investiga-se um fenômeno dentro do seu contexto da realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.

A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de um questionário para os alunos atuantes e um outro para os alunos evadidos.

O questionário é uma técnica de investigação composto por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações

sobre conhecimentos, crenças, valores, interesses, expectativas, temores entre outros.

Segundo Parasuraman (1991), um questionário é um conjunto de questões, feitos para pegar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto. Embora o mesmo autor afirme que nem todos os projetos de pesquisa utilizam essa forma de instrumento de coleta de dados, o questionário é muito importante na pesquisa científica, especialmente nas ciências sociais. Parasuraman afirma também que construir questionários não é uma tarefa fácil e que aplicar tempo e esforço adequados para a construção do questionário é uma necessidade.

A elaboração de um questionário requer a observância de normas precisas, a fim de aumentar sua eficácia e validade. Em sua organização, devem-se levar em conta os tipos, a ordem, os grupos e a formulação das perguntas, ilustrado por Marconi (2010, p.87):

O processo de elaboração é longo e complexo: exige cuidado na seleção das questões, levando em consideração a sua importância, isto é, se oferece condições para a obtenção de informações válidas. Os temas escolhidos devem estar de acordo com os objetivos geral e específico.

O questionário pode apresentar questões abertas que são aquelas que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitir sua opinião. Usa-se também questões fechadas, as quais o informante escolhe sua resposta entre duas opções. E finalmente as questões de múltipla escolha, que são perguntas fechadas mas que apresentam uma série de possíveis respostas, abrangendo várias facetas do mesmo assunto.

Nesta pesquisa utilizou-se de questões de múltipla escolha, muitas vezes combinadas com questões abertas, com o intuito de colher mais informações sobre o assunto e fez-se uso também de questões fechadas, conforme pode ser visto nos Apêndices A e B.

3.3 COLETA DOS DADOS

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de dois questionários, um dirigido para os cotistas sociais evadidos e outro para os cotistas sociais atuantes. Para a elaboração do questionário levou-se em conta a necessidade de se conhecer

o perfil desses alunos, sendo incluído no questionário questões de ordem pessoal, principalmente relacionadas ao campo socioeconômico, pois um dos muitos motivos para a evasão escolar está ligado as questões econômicas . Dessa forma, iniciou-se o questionário com perguntas de ordem geral, chegando pouco a pouco às específicas. “Como norma geral para ordenação das perguntas, adota-se a “técnica do funil”, segundo a qual cada questão deve relacionar-se com a questão antecedente e apresentar maior especificidade” (GIL, 2011).

Com o questionário formulado, realizou-se o pré-teste, que consistiu em uma prova preliminar do questionário antes do mesmo ser aplicado definitivamente. A finalidade dessa prova era evidenciar possíveis falhas na redação e interpretação do questionário.

Aplicou-se o pré-teste à pessoas que possuíam um perfil próximo do grupo pesquisado. Após a aplicação do pré-teste verificou-se a necessidade de reformular algumas questões, explicando melhor algumas ou modificando a redação de outras.

Com as adequações nos questionários, realizou-se a coleta dos dados. Esta foi feita de duas maneiras. Para os alunos cotistas sociais evadidos realizou-se por meio de questionário enviado por correio eletrônico. No e-mail enviado havia informação sobre os motivos da pesquisa, instruções de preenchimento e a segurança do anonimato. Dos vinte e dois e-mails enviados, três não existiam mais, e apenas uma das pessoas a qual o e-mail foi enviado, respondeu o questionário.

Já a aplicação do questionário para os alunos cotistas sociais atuantes foi realizado no dia dezoito de outubro de dois mil de doze, nas dependências do IFPR câmpus Paranavaí. Responderam o questionário trinta e cinco alunos.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta dos dados, a fase seguinte da pesquisa foi a análise dos dados. Essa etapa teve como objetivo organizar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação.

Algumas das perguntas presentes nos questionários aplicados eram de múltipla escolha combinada com respostas abertas. Essas respostas fornecidas pelos sujeitos pesquisados foram das mais variadas. Para que essas respostas

pudessem ser adequadamente analisada, tornou-se necessário, portanto, organizá-las em categorias.

Segunfo Selltiz et al (1972), para que as categorias sejam úteis na análise dos dados, devem atender a alguma regras básicas:

- a) o conjunto de categorias deve ser derivado de um único princípio de classificação;
- b) o conjunto de categorias deve ser exaustivo; e
- c) as categorias do conjunto devem ser mutuamente exclusivas.

Para a análise das respostas abertas dessa pesquisa, achou-se mais conveniente selecionar as amostras das respostas obtidas e a partir daí construir hipóteses que serveriam de princípio de classificação.

Em seguida passou-se para a etapa de codificação, processo esse em que os dados são transformados em símbolos que possam ser tabulados. A contagem dos símbolos forneceu o número total de itens de cada classe. Sem codificação é difícil a tabulação.

A tabulação é o processo de agrupar os casos que estão nas várias categorias de análise. Nessa pesquisa utilizou-se a tabulação manual, pela quantidade de categorias e pelo número de participantes. Os resultados da tabulação foram transferidos para uma tabela e após transformados em gráficos como pode ser verificado nos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a coleta dos dados e por meio da análise dos mesmos obtidos pelo questionário aplicado aos alunos cotistas sociais atuantes, pode-se traçar um perfil socioeconômico e pedagógico desses alunos, sendo estes dados importantes para entender os motivos da evasão. Dessa forma, o Gráfico 1 demonstra que há uma incidência muito maior desses alunos no curso subsequente de Eletromecânica, que é um curso oferecido no período noturno e tem como exigência para ingresso a conclusão do Ensino Médio. Segue-se então os cursos subsequentes de Alimentos e Informática, que possuem as mesmas características. Já o curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, que é ofertado no período matutino e o curso Técnico em Alimentos concomitante, curso no qual o aluno faz o Ensino Médio e a formação técnica em instituição de ensino diferentes, possuem somente 11% e 3% respectivamente de alunos cotistas sociais.

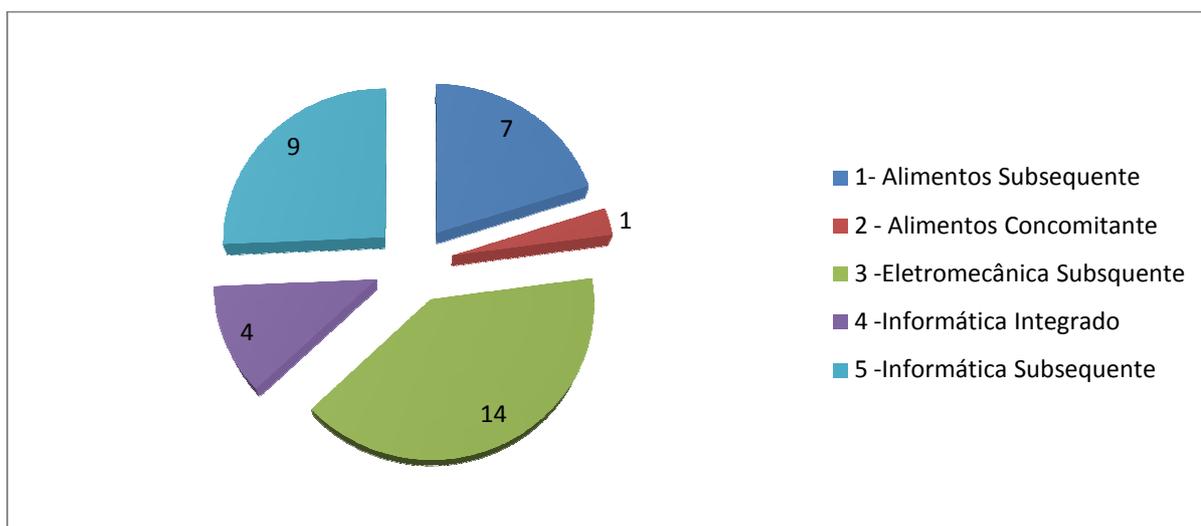


Gráfico 1 - Alunos cotistas sociais atuantes do IFPR câmpus Paranavaí no ano de 2012 e seus respectivos cursos

O Gráfico 2 ilustra os resultados levantados com os pesquisados, dos quais a maioria estuda no período noturno, ou seja, os alunos cotistas acabam pertencendo ao turno que apresenta maiores dificuldades de aprendizado pelas exigências de atenção em um período em que o cansaço é grande.

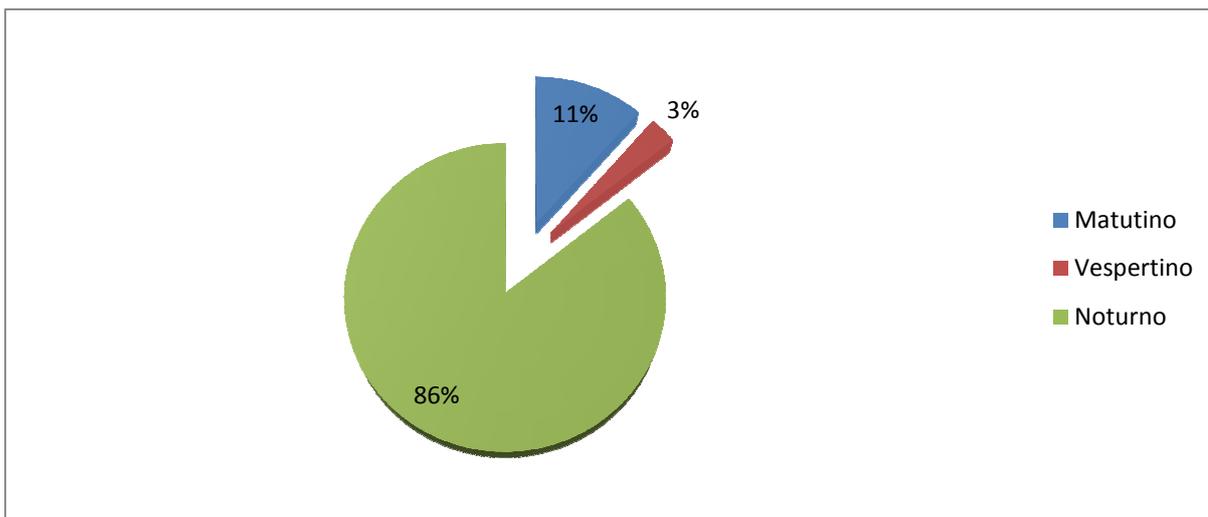


Gráfico 2 - Período em que estudam os alunos cotistas sociais atuantes do IFPR câmpus Paranavaí no ano de 2012.

Em decorrência dos cursos técnicos subsequentes do IFPR câmpus Paranavaí terem duração de dois anos e por terem modificado o currículo do curso de semestral para anual, assim, não houve mais abertura de turmas semestrais, a maioria dos alunos no câmpus de Paranavaí no ano de 2012 estão no quarto semestre, ou seja, no último período do curso e os demais estão cursando o primeiro ano. Com relação ao curso técnico integrado ao ensino médio, a primeira turma iniciou-se em 2012, assim, na atualidade há somente uma turma nessa modalidade.

Dessa forma, no Gráfico 3, pode-se verificar que dos alunos cotistas sociais atuantes, ou estão no último semestre do curso, ou estão cursando o primeiro ano, existindo o 4ºSemestre nos cursos Técnicos Subsequente em Alimentos, Eletromecânica, Informática e no curso Técnico Concomitante em Alimentos. Os primeiros anos possuem turma no curso Técnico Subsequente em Alimentos, Eletromecânica, Informática e também no Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.

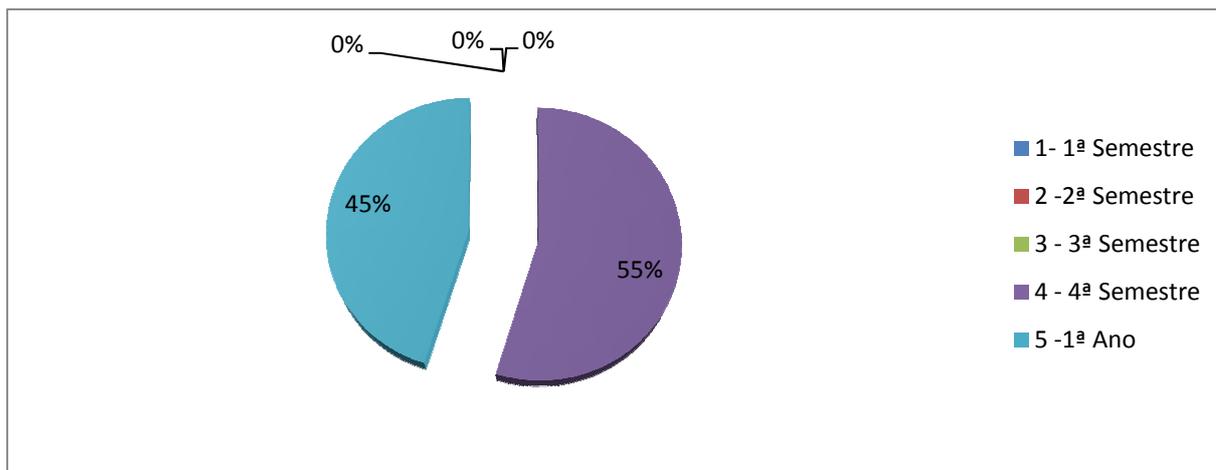


Gráfico 3 - Semestre/Série que cursam os alunos cotistas sociais do IFPR câmpus Paranavaí no ano de 2012

Nos cursos técnicos há uma heterogeneidade nas idades dos alunos, não sendo diferente entre os cotistas sociais.

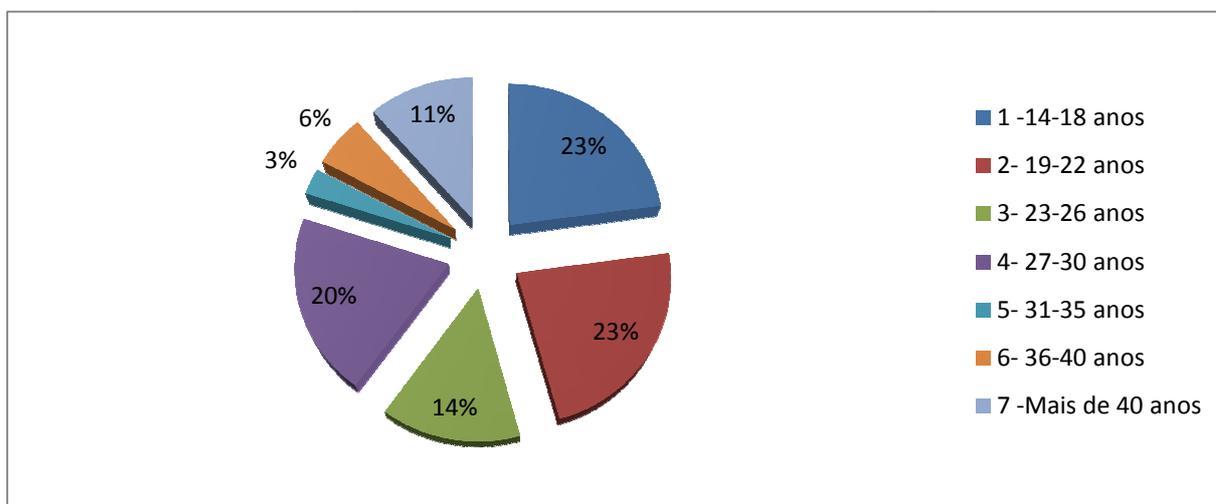


Gráfico 4 - Faixa etária dos alunos cotistas sociais atuantes do IFPR câmpus Paranavaí no ano de 2012

Percebe-se no Gráfico 4, que entre os cotistas sociais o número de alunos é maior nas faixas etárias de 14 a 18 anos, de 19 a 22 anos e entre 27 e 30 anos. Dessa forma, os cotistas sociais se constituem como alunos jovens.

O questionário permitiu que se firmasse um perfil socioeconômico e pedagógico dos alunos. Pois após estudos sobre a temática verificou-se que muitos alunos acabam evadindo por questões financeiras ou por dificuldades de aprendizagem.

Dessa forma, para traçar o perfil socioeconômico dos alunos cotistas sociais atuantes, perguntou-se se são ou já foram beneficiários do Programa Bolsa Família.

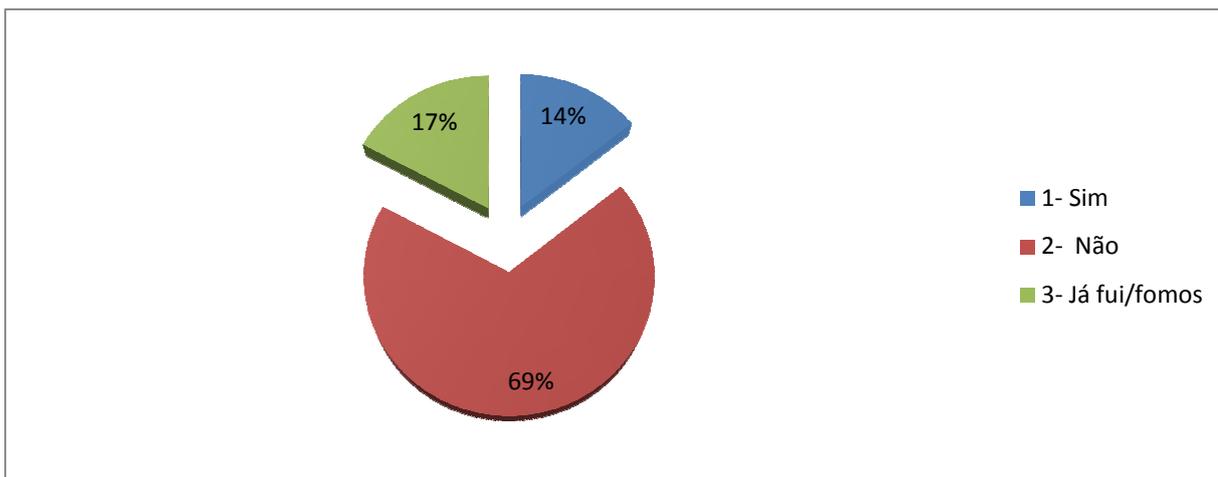


Gráfico 5 - Alunos cotistas sociais atuantes do IFPR câmpus Paranavaí que são ou foram beneficiários do Bolsa Família no ano de 2012.

A maioria dos alunos que responderam ao questionário nunca foram beneficiários do Programa Bolsa Família, conforme gráfico 5. Lembrando que para concorrer as vagas pelas cotas sociais ainda não se leva em consideração a renda familiar, e sim somente o histórico escolar todo em instituição de ensino público.

Perguntou-se também sobre a renda familiar dos alunos. Mais de oitenta por cento dos alunos responderam que possuem renda familiar de um a três salários mínimos, como consta no Gráfico 6.

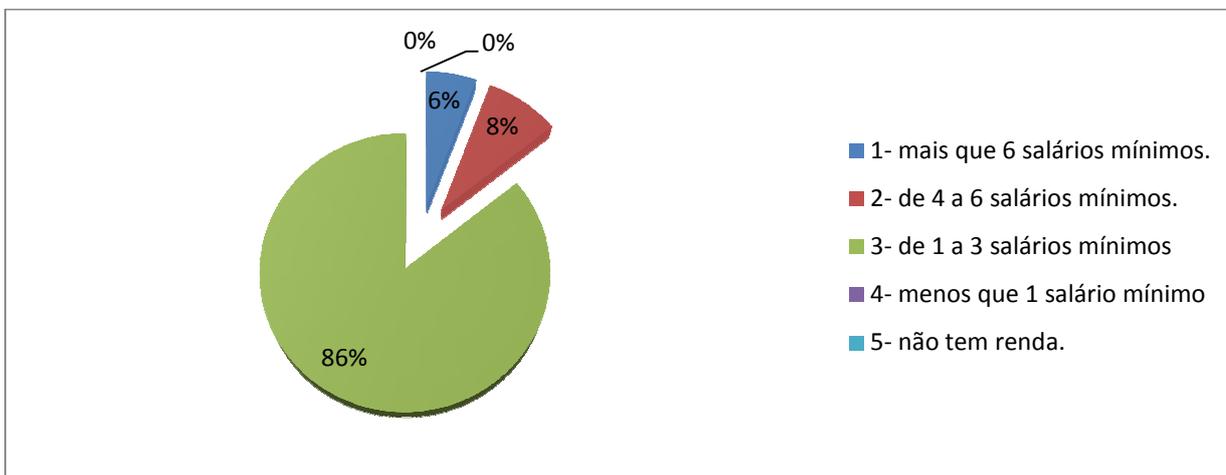


Gráfico 6 - Renda familiar dos alunos cotistas sociais atuantes do IFPR câmpus Paranavaí no ano de 2012.

Segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) baseado no número de salários mínimos pode-se fazer a divisão em cinco faixas de renda ou classes sociais, conforme a Tabela 1, válida para o ano de 2012 (salário mínimo em

R\$ 622). Chega-se a conclusão que os alunos fazem parte na sua grande maioria das classes D e E.

Tabela 1: Definição de faixas de renda familiar e salários mínimos por classe social.

CLASSE	SALÁRIOS MÍNIMOS (SM)	RENDA FAMILIAR (R\$)
A	Acima 20 SM	R\$ 12.440 ou mais
B	10 a 20 SM	De R\$ 6.220 a R\$ 12.440
C	4 a 10 SM	De R\$ 2.488 a R\$ 6.220
D	2 a 4 SM	De R\$ 1.244 a R\$ 2.488
E	Até 2 SM	Até R\$ 1.244

Fonte: IBGE (2012)

No mesmo questionário foi perguntado como era a sua participação nessa renda. Dos alunos que responderam ao questionário, segundo gráfico 7, grande parte não é o único responsável pela renda da sua família, contribuindo com a mesma e outra grande parte depende da família para se manter. Assim, a renda familiar apresentada pela maioria dos alunos representa a renda de mais de uma pessoa.

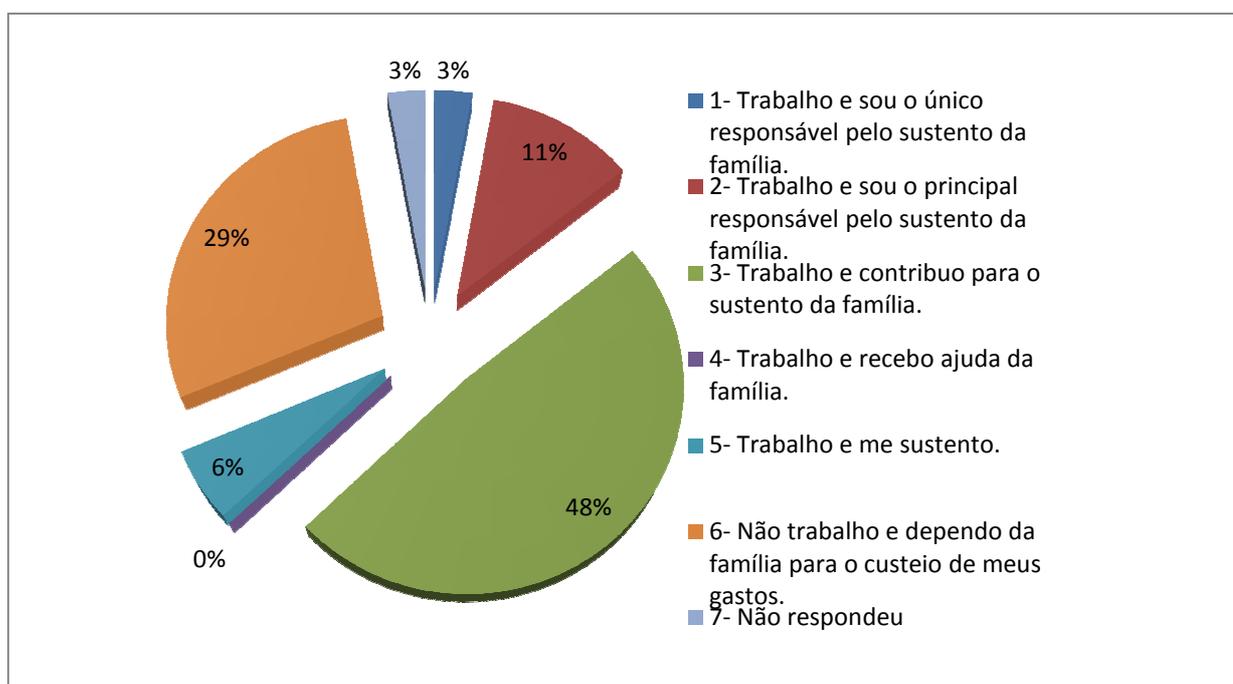


Gráfico 7 - Participação dos alunos cotistas sociais atuantes na renda familiar no ano de 2012.

O IFPR entendendo que o baixo rendimento do aluno ou até mesmo a evasão são decorrentes da necessidade do aluno trabalhar para se sustentar ou sustentar sua família, possui um Programa de Bolsas de Inclusão Social, chamado PBIS, que oferece bolsa para alunos que participam de projetos, que são desenvolvidos com esse objetivo, cuja seleção é feita pela situação socioeconômica do aluno. A instituição também oferece auxílios alimentação, transporte e moradia, por meio do PACE – Programa de Auxílio Complementar ao estudante, o aluno pode receber um ou mais auxílios. A seleção desse programa também se dá pela condição socioeconômica do aluno.

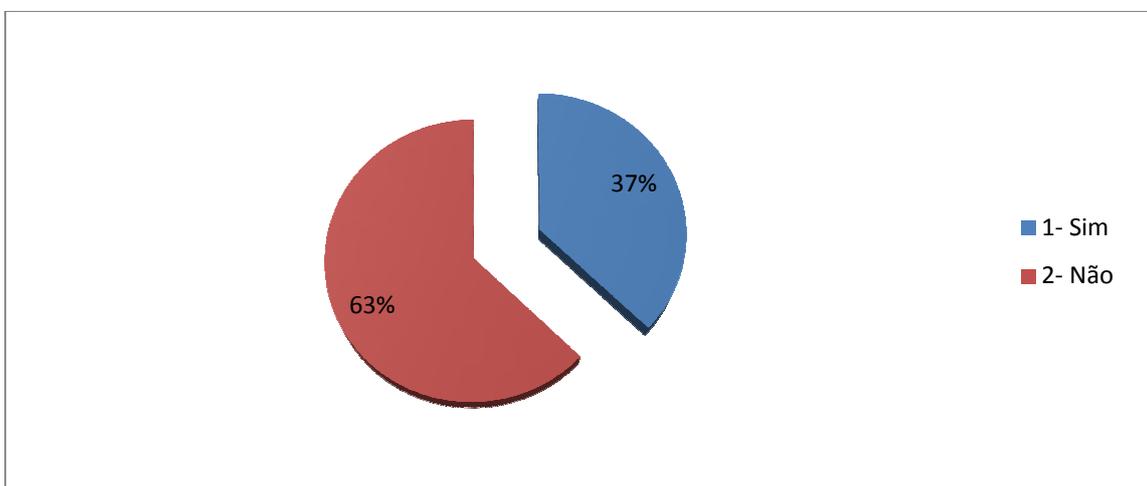


Gráfico 8 - Alunos cotistas sociais do IFPR câmpus Paranavaí que recebem bolsa ou auxílio no ano de 2012

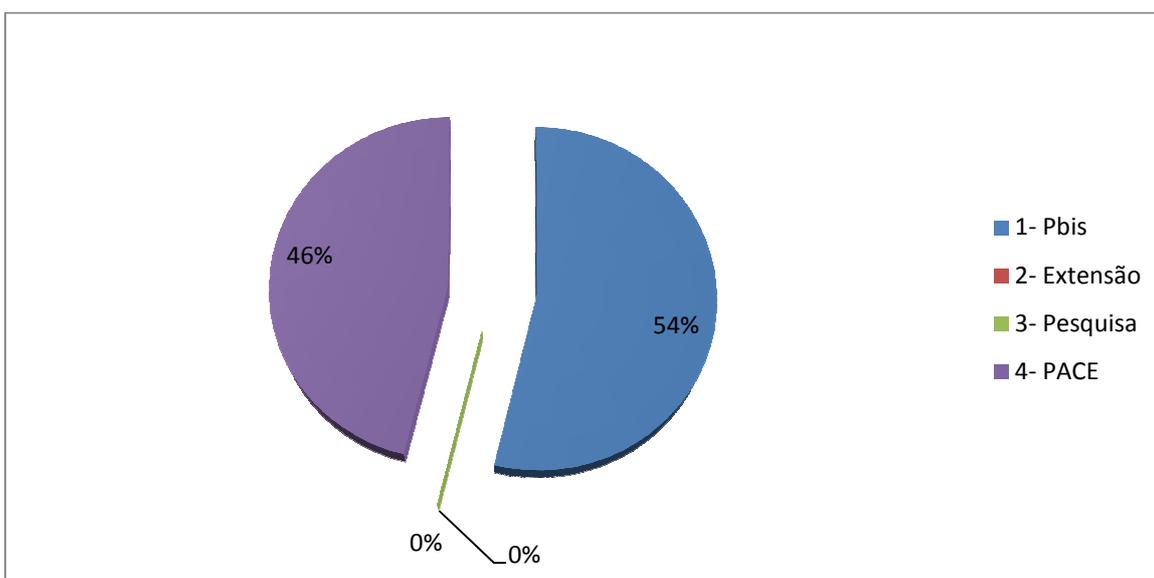


Gráfico 9 - Tipo de bolsa ou auxílio que os alunos cotistas sociais atuantes do IFPR câmpus Paranavaí recebem no ano de 2012.

Dos 35 alunos cotistas sociais que responderam ao questionário, conforme gráfico 8, 37% recebem bolsa ou auxílio do IFPR, e dentro dessa porcentagem 54% recebem a Bolsa PBIS e 46% recebem o PACE, segundo gráfico 9. Verifica-se que bolsas de pesquisa – PBIC-Jr e bolsas de extensão não contemplam os alunos cotistas sociais, pois a seleção dos alunos para essas duas bolsas é feita pelo próprio orientador, e as bolsas não podem se acumular, ou seja, se o aluno já recebe a bolsa PBIS não pode ser selecionado para outra bolsa. Sendo a bolsa PBIS a primeira a abrir edital e selecionar os alunos.

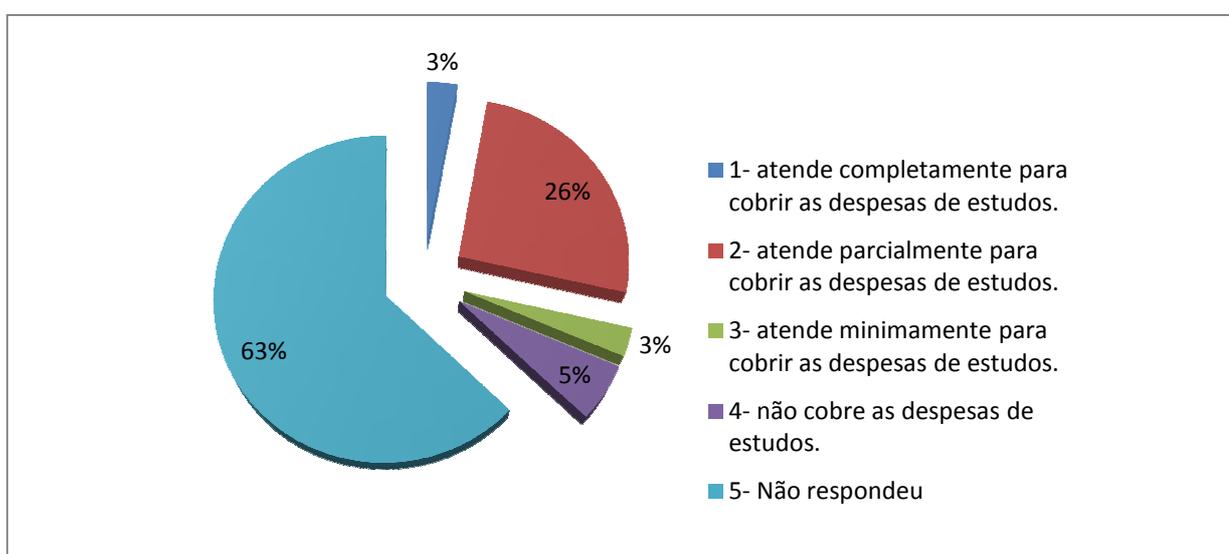


Gráfico 10 –Se a bolsa ou o auxílio cobrem as despesas de estudo dos alunos cotistas sociais do IFPR câmpus de Paranavaí no ano de 2012.

Pelo gráfico 10, percebe-se que muitos dos alunos cotistas sociais atuantes do IFPR câmpus de Paranavaí não responderam sobre a questão da bolsa ou do auxílio ajudarem nos custos dos estudos, pois são os mesmos 63% que não recebem a bolsa ou auxílio. Dos 37% que recebem a bolsa ou auxílio, 26% consideram que a bolsa ou auxílio atende parcialmente seus custos, 5% diz que não atende suas despesas, 3% diz que atende completamente suas despesas e 3% diz que atende minimamente.

Ligado a essa questão, perguntou-se aos alunos que participaram da pesquisa, se o motivo que levava a evasão estava ligada a questão financeira, e de que forma isso poderia ser minimizado.

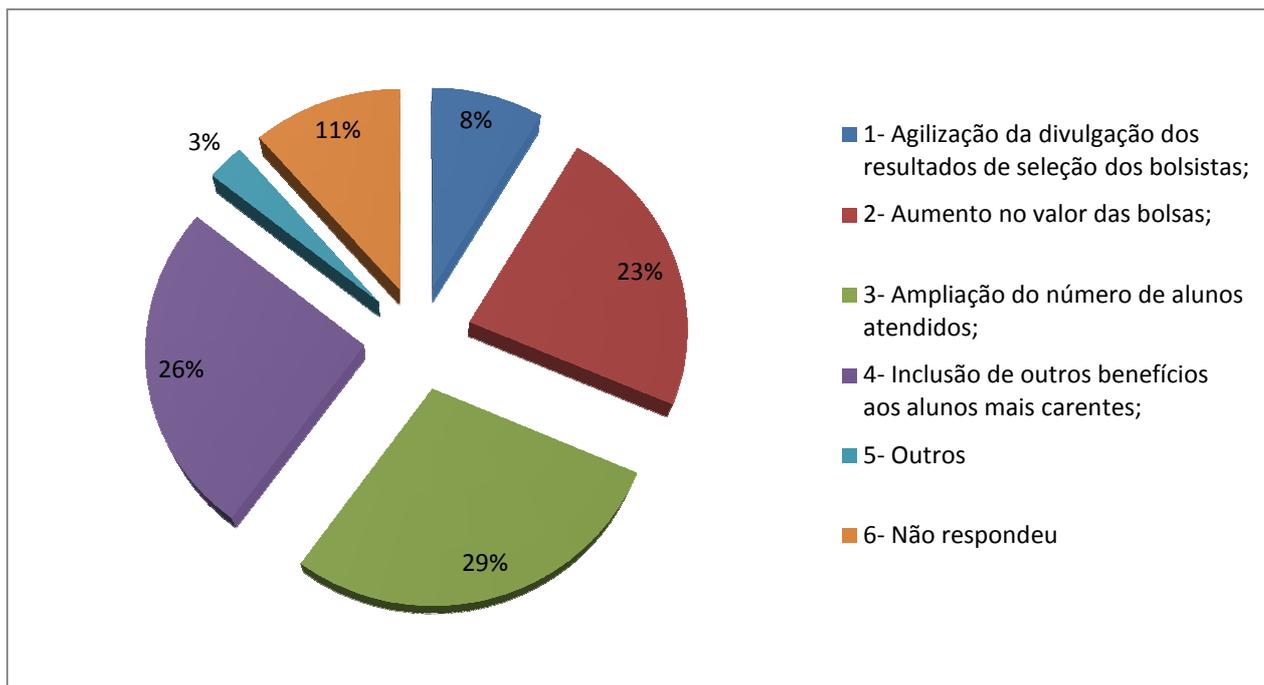


Gráfico 11 – Como a evasão escolar por motivos financeiros poderia ser minimizado pelo IFPR câmpus Paranaíba.

Pelo gráfico 11, entende-se que para 29% dos alunos, a evasão escolar motivada por questões financeiras poderia ser minimizada se o IFPR ampliasse o número de alunos atendidos, digo IFPR, pois o programa PBIS e PACE são programas institucionais, não tendo o câmpus de Paranaíba autonomia para fazer modificações nesses programas, ou criar outros programas que envolvam recursos federais. Essa possibilidade de inclusão de outros benefícios é levantada pelos alunos, com 26% das respostas. Outros 23% consideram que deveria haver um aumento no valor das bolsas. Dos alunos que responderam o questionário, 8% consideram que os resultados do processo de seleção dos alunos contemplados com a bolsa ou auxílio deveriam ser agilizados, pois desde a inscrição até a divulgação passam-se quase 2 meses, e nesse tempo, os alunos que realmente precisam desses auxílios para estudarem, acabam evadindo. Dos entrevistados 11% não responderam essa questão e outros 3% disseram que o problema da evasão poderia ser minimizado de outra forma, mas não o citaram.

Após apresentar as questões de ordem socioeconômica, perguntou-se aos alunos sobre questões de ordem pedagógica. Primeiramente, perguntou-se ao aluno sobre a escolha do seu curso.

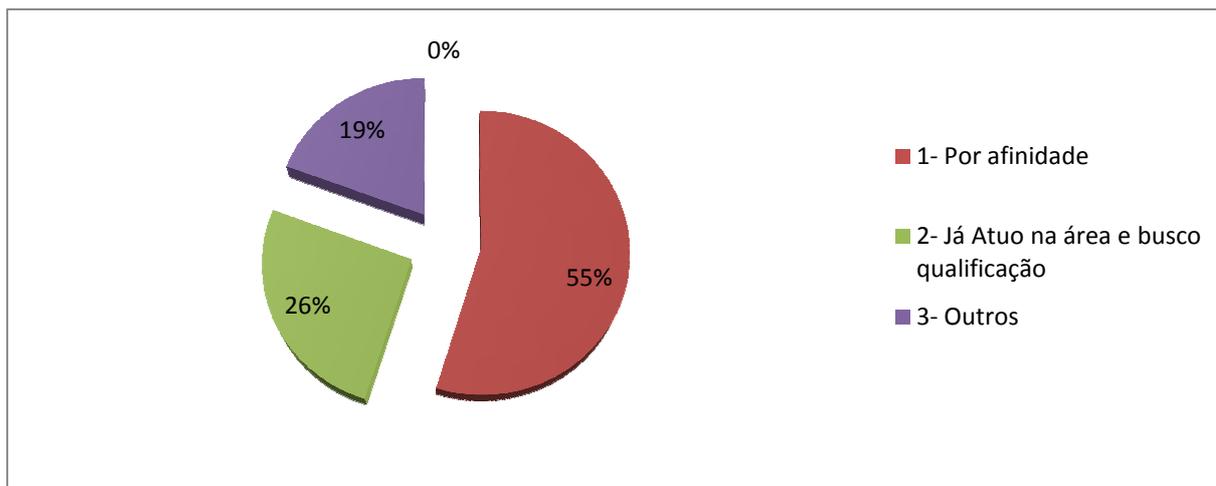


Gráfico 12 - Os motivos que levaram os alunos cotistas sociais a escolherem seu curso no IFPR câmpus Paranavaí.

Dos alunos que responderam ao questionário, conforme gráfico 12, 55% escolheram seu curso por afinidade, outros 26% escolheram por já atuarem na área buscando qualificação e outros 19% colocaram outros motivos, como: curiosidade, por achar interessante e por buscar qualificação.

Considerando que apesar da grande maioria dos alunos que responderam o questionário estarem cursando seu curso por afinidade ou por já atuarem na área, muitos desses alunos disseram que possuem dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

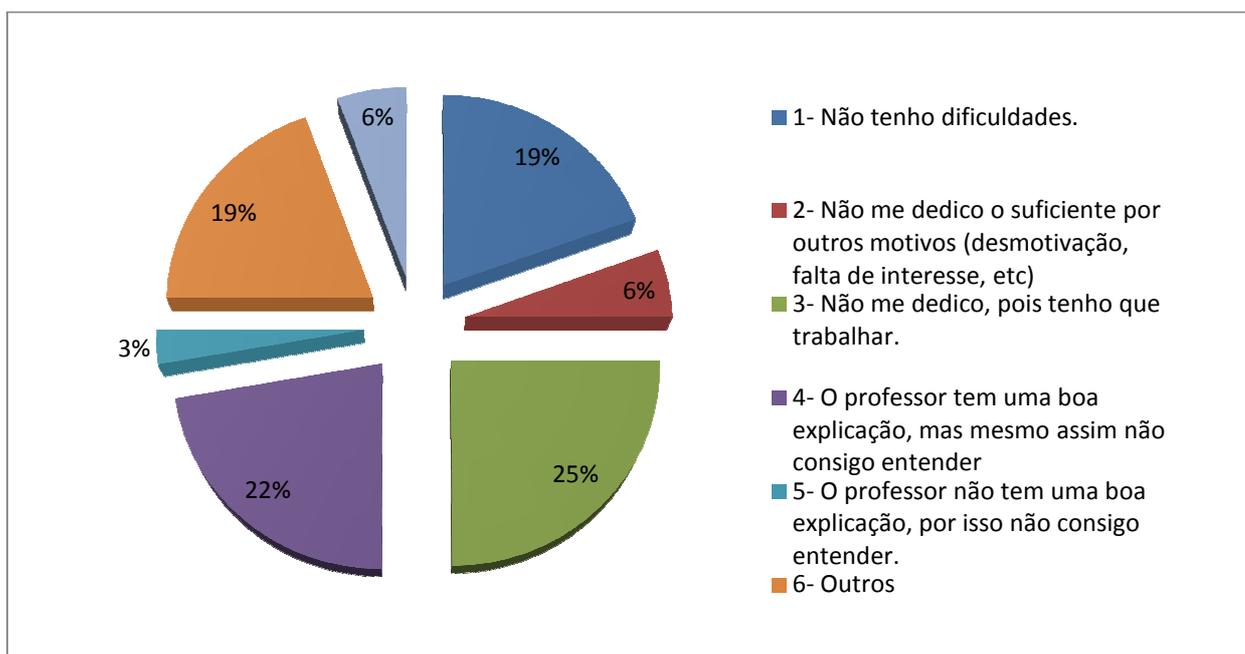


Gráfico 13 - Os alunos cotistas sociais atuantes do IFPR câmpus Paranavaí e as dificuldades de aprendizagem.

Segundo Gráfico 13, as dificuldades de aprendizagem são ocasionadas segundo 25% dos alunos por não se dedicarem aos estudos, por motivo de trabalho. Outros 22% consideram que o professor tem uma boa explicação, mas mesmo assim não conseguem aprender. Apenas 19% consideram que não possuem dificuldades de aprendizagem e 19% disseram que possuem dificuldades de aprendizagem ocasionadas por outros motivos que não foram citados. Outros 6% possuem dificuldades de aprendizagem por não se dedicarem os estudos por estarem desmotivados, 6% não responderam e 3% consideram que sua dificuldade de aprendizagem é ocasionada pela falta de didática do professor.

Dessa forma, questionou-se aos alunos se os métodos e técnicas de ensino dos professores os motivariam a desistir do curso.

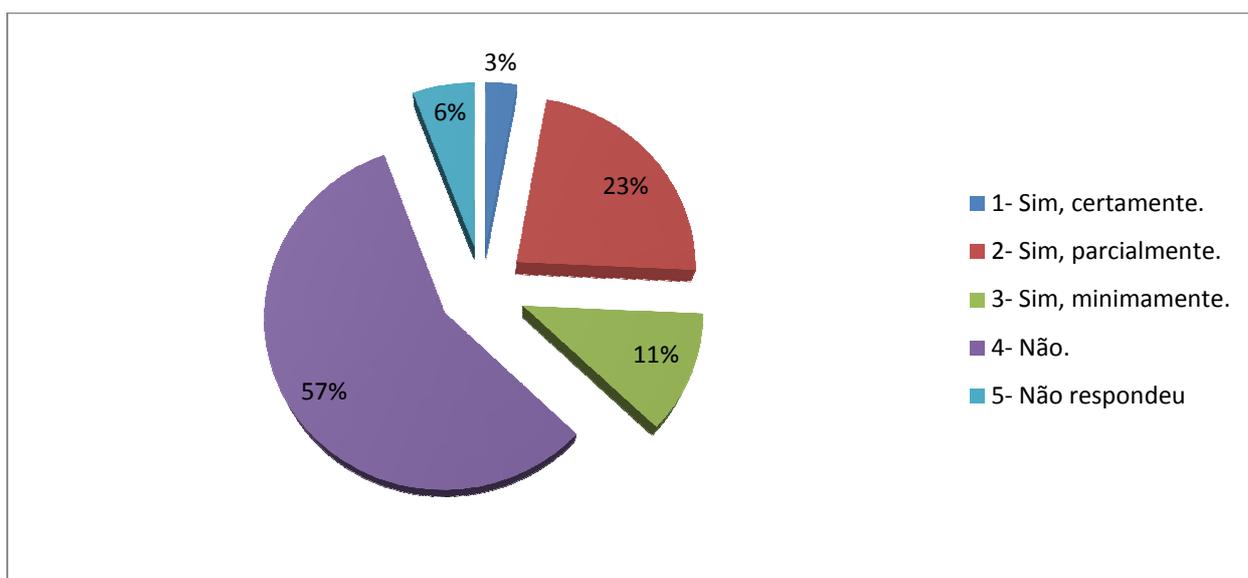


Gráfico 14 - Os métodos e técnicas de ensino dos professores motivariam os alunos cotistas sociais do IFPR câmpus Paranavaí a desistirem do curso no ano de 2012.

Percebe-se pelo Gráfico 14 que 57% dos alunos não consideram a didática do professor como um motivo para evadir do curso, mas 23% disseram que a maneira como o professor dá aula, motivaria parcialmente a sua saída da instituição, outros 11% disseram que motivaria minimamente sua saída, 6% não responderam e 3% disseram que certamente a didática do professor motivaria sua saída da instituição.

Visto as dificuldades de aprendizagem, perguntou-se aos alunos o quanto se dedicam ao estudo, comparecendo ao câmpus fora dos horários de aula, para o desenvolvimento de projetos e/ou atendimento dos professores.

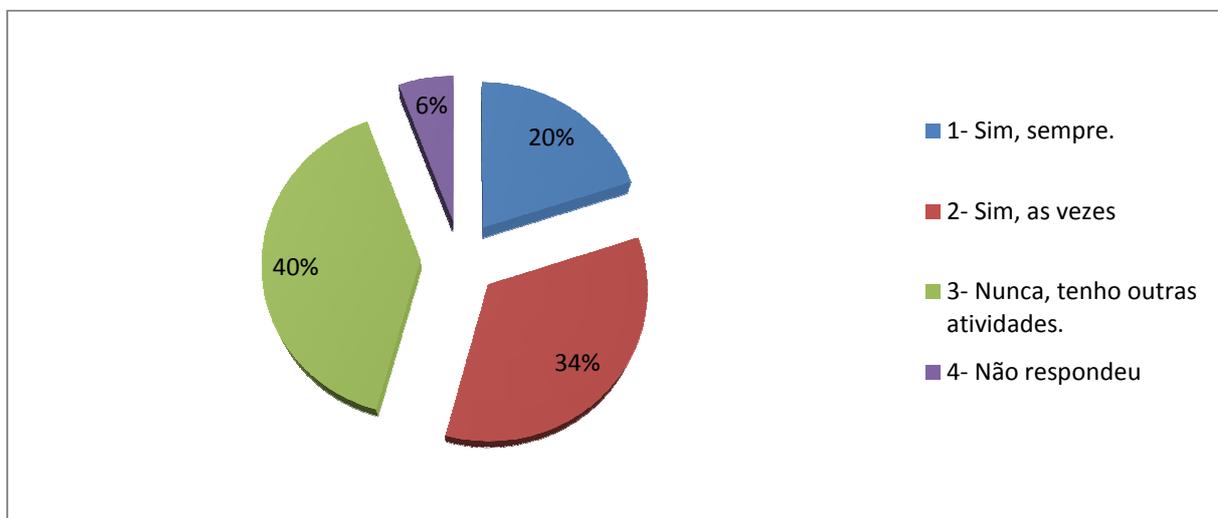


Gráfico 15 - Vindas ao IFPR câmpus Paranavaí fora do horário de aula

A fim de suprir as dificuldades que os alunos apresentam, o câmpus pede que seus professores dêem atendimento fora do horário de aula, além de outras atividades, como retomada de conteúdo, recuperação paralela. Porém segundo gráfico 15, os alunos pouco procuram essas atividades que colaboram para a permanência do aluno na instituição. Alegam que não podem comparecer devido ao trabalho. E quando comparecem, referentes aos 34% que alegam comparecer as vezes e 20% que comparecem sempre, diz respeito ao desenvolvimento dos projetos, que tem como requisito para pagamento da bolsa, 100% de presença no projeto e 100% de presença na aula. Devido à impossibilidade de comparecer à instituição em outros horários que não seja no período de aula, perguntou se eles reservam um tempo de estudo além do que é realizado na aula. A maioria diz estudar pelo menos uma hora por dia, conforme Gráfico 16.

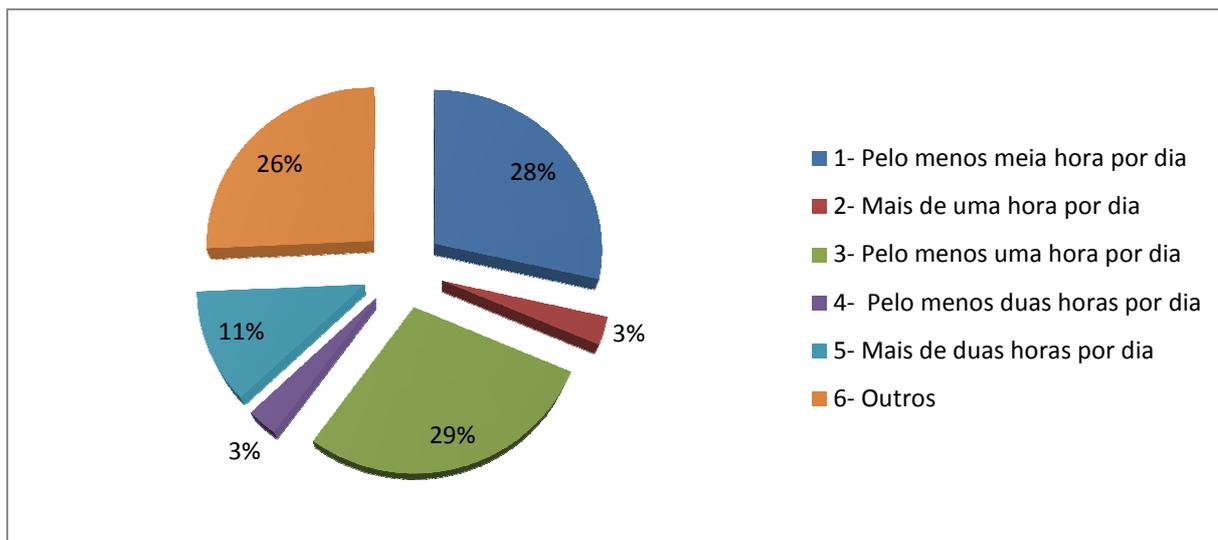


Gráfico 16 - Tempo de estudo fora do câmpus pelos alunos cotistas sociais atuantes.

Perguntou-se aos alunos, se o motivo da evasão está relacionado aos problemas de aprendizagem, o que pode se feito para minimizar essa problema.

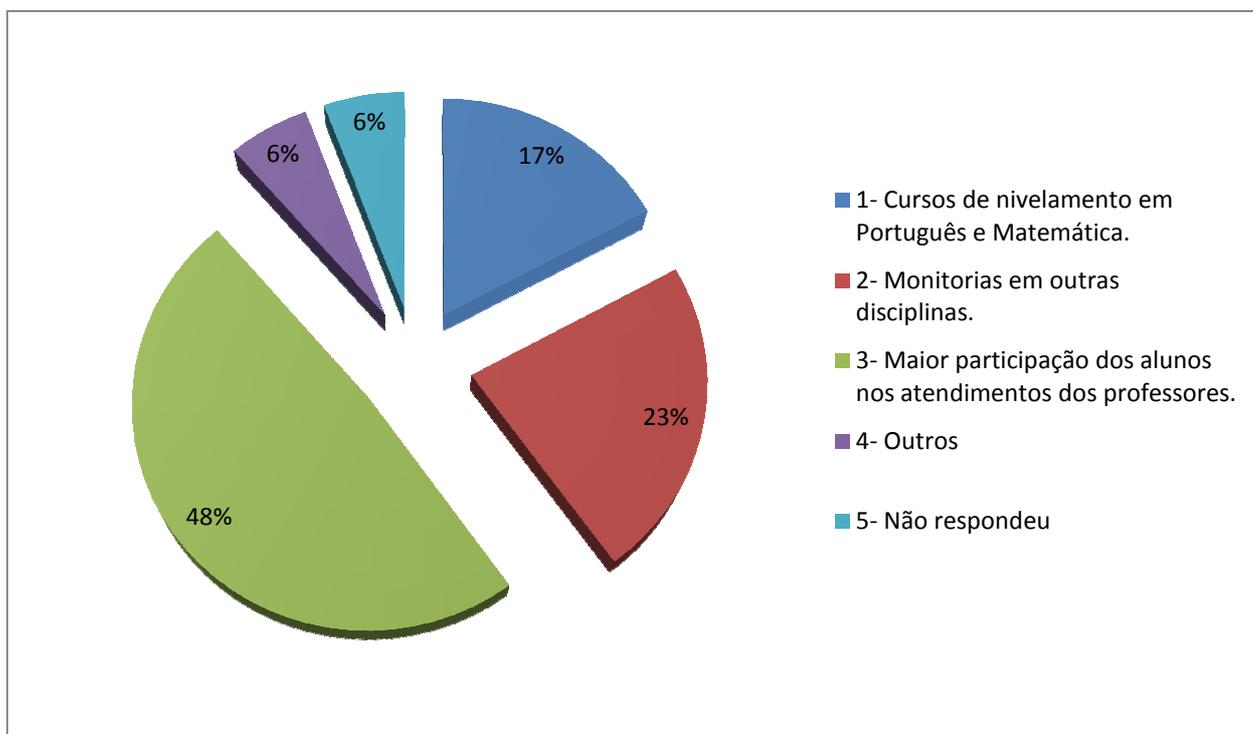


Gráfico 17 - Como a evasão escolar por motivos de dificuldades de aprendizagem poderia ser minimizado pelo IFPR câmpus Paranaíba.

Conforme Gráfico 17, os alunos declaram que possuem consciência que precisam se dedicar mais, participando dos atendimentos dos professores, e

consideram que as dificuldades de aprendizagem poderiam ser diminuídas se houvesse cursos de nivelamento em Português e Matemática e monitorias em outras disciplinas.

Os principais dados sobre evasão escolar vieram de alunos cotistas sociais que não evadiram. O que pode-se analisar e verificar foram os motivos que levariam esses alunos a evadirem. Percebeu-se que para esse alunos, os problemas ligados a questão socioeconômica seriam um dos motivos da evasão escolar, pois dos 35 respondentes, 13 recebem bolsa ou auxílio, e destes 13 muitos além de receberem a bolsa ou auxílio continuam trabalhando, pois o valor da bolsa ou auxílio não é suficiente para deixarem de trabalhar. Gerando talvez o principal motivo da evasão, a necessidade de trabalhar, pois os alunos apresentaram que as grandes dificuldades de aprendizagem estão ligadas a falta de tempo para se dedicarem ao estudo devido ao trabalho.

Os alunos cotistas sociais atuantes não evadiram, mas sinalizaram que o principal motivo para a evasão é de ordem econômica e pedagógica, pois as dificuldades de aprendizagem são decorrentes do processo histórico de seus ensinamentos, sendo acentuadas pela falta de tempo para se dedicarem aos estudos, devido a necessidade de trabalharem.

Os alunos cotistas sociais evadidos que poderiam explicitar melhor os reais motivos para a evasão escolar não manifestaram suas respostas por meio do questionário, obtendo a resposta somente de uma das vinte e duas pessoas, para as quais foram enviados os e-mails. Esse aluno possui um perfil socioeconômico parecido com os demais alunos não evadidos, pois não foi beneficiário do Programa Bolsa Família, possui renda familiar entre 1 a 3 salários, trabalha, sendo o principal responsável pelo sustento de sua família, não foi bolsista do IFPR; escolheu o curso de Eletromecânica por já atuar na área, não comparecia ao câmpus fora do horário de aula pois necessitava trabalhar, e se dedicava aos estudos pelo menos uma hora por dia, não apresentando dificuldades de aprendizagem. Considerou que os métodos e técnicas utilizadas pelos professores não o motivou a desistir do curso, sendo o principal responsável pela sua saída da instituição a necessidade de trabalhar.

O principal motivo apresentado pelo aluno cotista social evadido vai de encontro com as sinalizações feitas pelos alunos cotistas sociais atuantes, que o

principal motivo para a evasão escolar é a necessidade de trabalhar, o que acaba dificultando a dedicação para o estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo-se da hipótese de que as cotas sociais são ações que buscam combater a discriminação e a desigualdade que atingem certos grupos decorrentes de sua condição social, entende-se que as cotas sociais na educação são importantes, pois permitem que os desfavorecidos de uma educação básica de boa qualidade passem a ter acesso a ela, como também buscam combater a discriminação social. Porém essa ação afirmativa não está conseguindo atingir seus objetivos, pois as transformações culturais e sociais por meio da educação não estão acontecendo, como também os próprios atores desse processo, os cotistas, e os demais sujeitos, não percebem a importância e a necessidade da diversidade nas várias esferas do convívio humano, sendo isso explicitado pela evasão escolar dos cotistas.

A evasão escolar dos cotistas demonstra que esses sujeitos não conseguem usufruir dessa oportunidade gerada pelas cotas sociais, pois a eles não são dadas as condições para permanência, visto que o principal motivo levantado nessa pesquisa como causador da evasão escolar dos cotistas sociais é a falta de tempo para se dedicar aos estudos, devido a necessidade de trabalhar.

Dessa forma, os motivos da evasão dos cotistas sociais resultam de um processo que mescla questões de ordem socioeconômica e pedagógica, pois devido a condição social do aluno, este necessita trabalhar, mesmo sendo beneficiário de bolsas e auxílios da Instituição, não pode parar de trabalhar, pois os valores pagos não o permitem, visto que muitos dos alunos contribuem com a renda familiar, e com isso não conseguem se dedicar ao curso e ter tempo para estudar, deixando as dificuldades de aprendizagem surgirem ou crescerem.

Os alunos alegaram por meio do questionário, a importância de cursos de nivelamento, monitorias e atendimento dos professores como maneiras para diminuir a evasão causada por problemas pedagógicos, mas essa alegação passa a ser contraditória, pois se não conseguem se dedicar aos estudos por falta de tempo, não acredito que conseguirão participar dessas atividades. Porém, acredito que essas ações pedagógicas sejam mais fáceis de serem trabalhadas localmente, não necessitando que passem a ser ações institucionais, assim, o câmpus de Paranavaí

poderia oferecer essas atividades, verificando maneiras de motivar os alunos a participarem.

Diante desse contexto, acredita-se que mudanças são necessárias, tanto por parte da instituição de ensino como pelos próprios alunos. Perante a falta de tempo dos alunos para estudarem fora da instituição, os mesmos devem aproveitar o momento em que estão na aula para estudarem, e aos professores da instituição, planejar aulas mais motivadoras e interessantes, para que o aluno não se desencoraje e desista do curso diante de tantas dificuldades.

Enfim, essa pesquisa demonstrou ao seu pesquisador a importância de se conhecer o próximo, pois muitas vezes acabamos rotulando as pessoas pelas suas atitudes, sem entender ou procurar entender os motivos que a levaram a tomar tal atitude. O mesmo se aplica a questão da evasão escolar dos cotistas sociais, pois antes da pesquisa considerava que os evadidos desistiam do seu curso por falta de dedicação, por falta de interesse, sendo que na realidade, muitos desistiram ou desistiriam por dificuldades que passavam no momento. Ter a preocupação com o próximo procurando entender suas dificuldades, mediadas por ações afetivas, podem evitar a evasão de muitos alunos.

REFERÊNCIAS

- BAGGI, C.A. dos S; LOPES, D.A. A evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba. v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011.
- BARBOSA, M. I. da S.;CAVALLEIRO, E.; RIBEIRO, M.SANTOS, S. A. dos. Ações Afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do Estado**Estudos Feministas**. Florianópolis, v.16, n.3, p. 913-929, setembro-dezembro/2008.
- BOTO, C. A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. **Educação & Sociedade**. Campinas. Cedes, v. 26, n. 92, p. 777 – 798, 2005.
- BRAGA, M. M.; BOGUTCHI, T. F.;PEIXOTO, M. do C. L. A evasão no ensino superior brasileiro: o caso da UFMG. **Avaliação**. Campinas. RAIES, v.8, n.3, p. 161-189, set/1996.
- BRASIL. **LEI Nº12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012 Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**.Disponível on-line <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=265537&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>.Acesso em 21.set.2012.
- CHAGAS, J. TORRES, R. Escola para quem precisa. **Revista Poli: saúde, educação e trabalho**. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, p. 2-5, jan/fev. 2009.
- FELICETTI, V. L.; MOROSINI, M. C. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. **Ensaio: avaliação e políticas. Públicas em. educação.**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, jan./mar. 2009
- FREITAS, K. S. Gestão educacional e evasão de estudantes. XXII Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação. **Cadernos Anpae “Por uma escola de qualidade para todos”**. Porto Alegre, nov. 2007.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- GISI, Maria Lourde. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 6, n. 17, p. 97-112, 2006.
- GOMES, Joaquim Barbosa. “O uso da lei no combate ao racismo: direitos difusos e ações civis públicas”. In: Antonio Sergio Alfredo Guimarães e Lynn Huntley (orgs): **Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Ação afirmativa e o princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais mínimos**. Disponível on-line: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 18.out.2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Pesquisa nacional qualidade na educação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, 2006.

KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 96, p. 877-910, out. 2006.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7^o ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: histórias e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo. n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). **Educação e ações afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: INEP, 2003b, p. 115-128.

PARASURAMAN, A. **Marketing research**. 2. Ed. Addison Wesley Publishing Company, 1991.

QUEIROZ, L. D. **Um estudo sobre a evasão escolar**: para se pensar na inclusão escolar. 25^a Reunião anual da Anped, Caxambu, v. 1, n. 1, p. 01-01, 2002.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Heder, 1972.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

VELLOSO, Jacques. Cotistas e não-cotistas: rendimento de alunos da Universidade de Brasília. **Caderno de pesquisas**. São Paulo. v. 39, n. 137, p. 621-644, maio/ago. 2009.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS COTISTAS EVADIDOS

Prezado(a) aluno(a):

Este questionário possui finalidade exclusivamente acadêmica.

O objetivo desta pesquisa é investigar a sua opinião sobre a evasão escolar.

Gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo as questões a seguir.

- 1) Curso em que estudava quando saiu: _____
- 2) Em que Período/Série/Ano estudava quando saiu? _____
- 3) Idade: _____ anos.
- 4) Moradia: Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

- 5) Qual dos motivos o(a) levou a deixar de frequentar o curso? (Marque apenas o principal motivo)
 Necessidade de trabalhar
 Dificuldades de aprendizagem
 Dificuldades de aprendizagem por estar a muito tempo longe da escola
 Dificuldade de transporte
 Outros _____

- 6) Você ou sua família é beneficiário do Programa Bolsa Família?
 Sim Não Já fui/fomos

- 7) Qual a situação abaixo melhor descreve sua renda familiar:
 mais que 6 salários mínimos.
 de 4 a 6 salários mínimos.
 de 1 a 3 salários mínimos
 menos que 1 salário mínimo
 não tem renda.

- 8) Qual situação abaixo melhor descreve seu caso:
 Trabalho e sou o único responsável pelo sustento da família.
 Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família.
 Trabalho e contribuo para o sustento da família.
 Trabalho e recebo ajuda da família.
 Trabalho e me sustento.
 Não trabalho e dependo da família para o custeio de meus gastos.

- 9) Quando estudou, você foi bolsista e/ou recebia auxílio do IFPR?
 Sim Não Se **SIM**, qual tipo de bolsa ou auxílio recebia: _____

- 10) Quanto ao valor recebido de bolsa para cobrir suas despesas de estudo é possível afirmar que:
 atende(ia) completamente para cobrir as despesas de estudos.
 atende(ia) parcialmente para cobrir as despesas de estudos.
 atende(ia) minimamente para cobrir as despesas de estudos.
 não cobre(ia) as despesas de estudos.

APÊNDICE B- QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS COTISTAS **NÃO EVADIDOS**

Prezado(a) aluno(a):

Este questionário possui finalidade exclusivamente acadêmica.

O objetivo desta pesquisa é investigar a sua opinião sobre a evasão escolar.

Gostaríamos de contar com sua colaboração respondendo as questões a seguir.

1) Curso em que estuda: _____

2) Em que Período/Série/Ano estuda: _____

3) Idade: _____ anos.

4) Moradia: Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

6) Você ou sua família é beneficiário do Programa Bolsa Família?

() Sim () Não () Já fui/fomos

7) Qual a situação abaixo melhor descreve sua renda familiar:

() mais que 6 salários mínimos.

() de 4 a 6 salários mínimos.

() de 1 a 3 salários mínimos

() menos que 1 salário mínimo

() não tem renda.

8) Qual situação abaixo melhor descreve seu caso:

() Trabalho e sou o único responsável pelo sustento da família.

() Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família.

() Trabalho e contribuo para o sustento da família.

() Trabalho e recebo ajuda da família.

() Trabalho e me sustento.

() Não trabalho e dependo da família para o custeio de meus gastos.

9) Você é bolsista e/ou recebe auxílio do IFPR?

() Sim () Não Se **SIM**, qual tipo de bolsa ou auxílio recebe: _____

10) Quanto ao valor recebido de bolsa para cobrir suas despesas de estudo é possível afirmar que:

() atende completamente para cobrir as despesas de estudos.

() atende parcialmente para cobrir as despesas de estudos.

() atende minimamente para cobrir as despesas de estudos.

() não cobre as despesas de estudos.

11) Por que escolheu o seu curso?

() Por afinidade () Já atuo na área e busco qualificação ()

Outros _____

12) Você comparece ao câmpus para outras atividades (atendimento ao discente/participação em projetos) no período em que não tem aulas?

() Sim, sempre.

() Sim, as vezes

() Nunca, tenho outras atividades. Quais atividades? _____

13) Quanto tempo você reserva para estudar fora do IFPR?

- () Pelo menos meia hora por dia () Mais de uma hora por dia
() Pelo menos uma hora por dia () Pelo menos duas horas por dia
() Mais de duas horas por dia () Outros _____

14) Você tem dificuldades de aprendizagem causadas por:

- () Não tenho dificuldades.
() Não me dedico o suficiente por outros motivos (desmotivação, falta de interesse, etc)
() Não me dedico, pois tenho que trabalhar.
() O professor tem uma boa explicação, mas mesmo assim não consigo entender
() O professor não tem uma boa explicação, por isso não consigo entender.
() Outros _____

15) Os métodos e técnicas de ensino utilizados pelos professores, ou seja, a forma do professor dar aula, te motivariam a desistir do curso?

- () Sim, certamente. () Sim, parcialmente.
() Sim, minimamente. () Não.

16) Qual o transporte você normalmente utiliza para chegar ao IFPR?

- () Não utilizo transporte () Coletivo
() Transporte locado (van, ônibus, etc.) () Bicicleta e similares
() Veículo próprio () Outros _____

17) Para os casos que você conhece de evasão escolar, em sua opinião, quando ela ocorre por motivos financeiros, poderia ser minimizada de que forma?

- () Agilização da divulgação dos resultados de seleção dos bolsistas;
() Aumento no valor das bolsas;
() Ampliação do número de alunos atendidos;
() Inclusão de outros benefícios aos alunos mais carentes;
() Outros _____

18) Para os casos que você conhece de evasão escolar, em sua opinião, quando ela ocorre por dificuldades de aprendizagem, poderia ser minimizada por:

- () Cursos de nivelamento em Português e Matemática.
() Monitorias em outras disciplinas.
() Maior participação dos alunos nos atendimentos dos professores.
() Outros _____

Agradecemos pela sua colaboração